

Avanços e impasses na preservação do patrimônio agroindustrial cafeeiro em Campinas (SP – Brasil) e Santiago de Cuba

Renata Baesso Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2690-158X>

E-mail: renata.baesso@puc-campinas.edu.br

Milena Soto Suárez

Universidad de Oriente, Santiado de Cuba, Cuba

 <https://orcid.org/0000-0002-9096-6444>

E-mail: msoto@uo.edu.cu

Resumo: O artigo apresenta os resultados de um estudo comparado entre as cidades de Campinas (SP - Brasil) e Santiago de Cuba, desenvolvido a partir da associação entre duas universidades latino americanas, com enfoque sobre os avanços e impasses relacionados à identificação, valorização e reabilitação de seus patrimônios agroindustriais, ligados à produção de açúcar e café. O patrimônio agroindustrial vinculado a esses ciclos econômicos constitui parte da identidade dessas cidades. A investigação comparada sobre esse patrimônio constitui contribuição relevante para a historiografia latino americana e para o desenvolvimento sustentável de ambas as cidades. A construção da metodologia de pesquisa comparada teve como objetivo principal apontar a pluralidade de perspectivas ligadas à identificação, proteção e reabilitação desse patrimônio agroindustrial, bem como construir um olhar crítico em relação aos consensos regionais.

Palavras-chave: Cidades latino-americanas; Identidade; Patrimônio agroindustrial; Fazendas de café; Engenhos de cana-de-açúcar.

Advances and impasses in the preservation of the agro-industrial heritage of coffee in Campinas (SP – Brasil) and Santiago de Cuba

Abstract: This paper presents the results of a comparative study between Campinas (SP – Brazil) and Santiago de Cuba, developed from the association between two Latin American universities, with a focus on the advances and impasses related to the identification, valorization and rehabilitation of the cities' agro-industrial heritage in relation to the production of sugar and coffee. The agro-industrial heritage connected to these economic cycles constitutes part of the identity of these cities. The investigative comparison of these heritages constitutes a relevant contribution to the Latin American historiography and to the sustainable development of both cities. The development of the research methodology was aimed to identify the plurality of perspectives associated to the identification, protection and rehabilitation of this agro-industrial heritage, as well as to apply a critical view to regional consensus.

Keywords: Latin American cities; Identity; Agro-industrial heritage; Coffee farms; Sugar cane mills.

Texto recebido em: 26/08/2019

Texto aprovado em: 19/06/2020

Introdução

Embora o patrimônio agroindustrial não constitua uma categoria de classificação reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – para citar os dois principais órgãos que definem os rumos das políticas relacionadas à preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional e nacional - na América Latina, o tema vem sendo tratado por uma rede formada por pesquisadores, equipes técnicas de instituições governamentais e do terceiro setor, que valorizam e promovem sua proteção, a partir de uma abordagem interdisciplinar que articula história material, história social, educação, desenvolvimento socioeconômico regional e turismo¹.

O patrimônio agroindustrial tem sua origem no meio rural, a partir do agenciamento de atividades de beneficiamento de matéria prima oriunda da agricultura. Na historiografia latino americana já há o consenso de que, não raro, uma atividade agroindustrial constitui a origem de assentamentos humanos e da criação de vilas e cidades, muitas vezes articuladas a uma rede de transporte e de geração de energia, com o estabelecimento de estradas, ferrovias, estações, oficinas, portos, reservatórios de água e usinas.

O reconhecimento da baixa representatividade de certas manifestações de diversidade cultural na Lista do Patrimônio Mundial promoveu o lançamento da Estratégia Global na 18ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (1994), com o objetivo de construir uma lista mais legítima, representativa e equilibrada. Desde o final da década de 1980, era evidente a prevalência na lista de monumentos e conjuntos arquitetônicos e urbanos europeus e de edifícios religiosos cristãos. A representação da Ásia, África, América Latina e Caribe e seus tipos específicos de bens era absolutamente insuficiente. Para corrigir esses desequilíbrios, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), como órgão consultivo da UNESCO em relação ao patrimônio cultural, buscou ampliar a representatividade - geográfica, temática, tipológica e cronológica - na Lista do Patrimônio Mundial, designando certas áreas temáticas que permitiram identificar novos ativos e valores capazes de possuir um valor universal excepcional (RUIZ; YÁÑEZ, 2014, p. 113).

A evolução do conceito de patrimônio cultural vem permitindo que outros tipos de bens, classificados como patrimônio industrial, patrimônio imaterial e paisagens culturais ganhem reconhecimento e proteção. Por reunir elementos da

cultura material e saberes técnicos que se articulam no território, é justamente no âmbito dessas três categorias, definidas pela UNESCO e reconhecidas pelo IPHAN, que a valorização do patrimônio agroindustrial se apoia.

No Brasil, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, que orientou a ação do IPHAN nas primeiras décadas de sua criação, limitava a instituição a identificar e proteger bens reconhecidos por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística. No empenho de definir o que seria uma identidade nacional, na sua fase heroica, o principal órgão de preservação do patrimônio, que moldou a constituição dos órgãos estaduais, esteve estritamente voltado à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial, com foco no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e nos estados do nordeste em que estão presentes os maiores legados da cultura do açúcar (PORTA, 2012, p. 11).

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco para a atualização da política de preservação do patrimônio no Brasil pois alargou não apenas o conceito de patrimônio, mas também as responsabilidades pela sua preservação e os instrumentos para efetivá-la. “O texto apenas atribui competência comum à União, estados e municípios, como aponta a responsabilidade da comunidade no apoio à política de preservação. Em relação aos instrumentos, o texto é modernizador ao não apontar o tombamento como instrumento central de proteção”. (PORTA, 2012, p. 12).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, Art. 216).

Entre as tipologias do patrimônio edificado que permaneceram à margem das políticas federais de cultura encontra-se certamente a arquitetura rural, fato que se reflete também nas instâncias estaduais e municipais. Dos poucos bens rurais tombados na esfera federal, a maioria está ligada ao período colonial o que não

significa que “o quadro se agrava no que toca à produção cafeeira, com apenas seis bens em São Paulo e dois no Rio de Janeiro, estados que concentraram respectivamente a maior produção durante a República e o Império” (MARINS, 2010, p. 1-2). O baixo reconhecimento do patrimônio rural pela esfera federal não constitui apenas uma recusa em valorizar a sua arquitetura, mas à própria experiência social transcorrida no campo. “O reduzido conhecimento que se gerou sobre tais edificações e as perdas do patrimônio edificado em áreas rurais obstruem a compreensão de processos históricos a que estivera ligada, afinal, a maior parte da população brasileira até 1960” (MARINS, 2010, p. 2).

O artigo apresenta os resultados de um estudo comparado entre as cidades de Campinas (São Paulo - Brasil) e Santiago de Cuba (Cuba), com enfoque sobre os avanços e impasses relacionados à identificação, valorização e reabilitação de seus patrimônios agroindustriais ligados à produção de açúcar e café.

Apesar das especificidades de cada contexto, tanto Campinas como Santiago de Cuba são cidades cuja origem e desenvolvimento se relaciona com a produção, voltada para o comércio internacional, de açúcar e café no século XIX. O patrimônio agroindustrial vinculado a esses ciclos econômicos constitui parte da identidade dessas cidades. A investigação comparada sobre esse patrimônio constitui contribuição relevante para a historiografia latino-americana e para o desenvolvimento sustentável de ambas as cidades.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da associação entre as Universidades (informação omitida para a avaliação do artigo). Investigadores das duas universidades realizaram missões de pesquisa em ambas as cidades que permitiram análises sobre as ações de identificação, proteção e reabilitação desse patrimônio.

A construção de uma metodologia de pesquisa comparada buscou superar a produção de generalizações ou a simples identificação de singularidades. A aproximação dos dois contextos teve como objetivo principal identificar a pluralidade de perspectivas ligadas à identificação, proteção e reabilitação desse patrimônio agroindustrial. Ao apontar semelhanças e diferenças, a análise comparada também permite construir um olhar crítico em relação aos consensos regionais.

A eleição das questões a serem comparadas partiu das análises *in loco*, tanto da materialidade dos casos de estudo quanto dos atributos de valorização e das estratégias de reabilitação desse patrimônio. Os temas de aproximação são os seguintes:

1. Identificação da origem do patrimônio agroindustrial e levantamento do estado atual de conservação e de uso de fazendas cafeeiras em Campinas e Santiago de Cuba;
2. Análise dos critérios de classificação, proteção e reabilitação do patrimônio agroindustrial em ambos os contextos;
3. Caracterização dos processos de expansão urbana e seus impactos em relação à proteção e reabilitação dessas fazendas;
4. Avaliação das ações de conservação e reabilitação do patrimônio agroindustrial como parte da construção de estratégias de desenvolvimento sustentável e valorização do patrimônio cultural das cidades latino-americanas de Campinas e Santiago de Cuba.

Origem e caracterização do patrimônio agroindustrial de Campinas (SP- Brasil) e de Santiago de Cuba - aproximações e singularidades identificadas a partir dos casos de estudo

O patrimônio agroindustrial de Campinas e de Santiago de Cuba se origina em finais do século XVIII, período em que tanto o Brasil como Cuba, eram colônias de Portugal e da Espanha, respectivamente. A produção de açúcar e café, com base na mão de obra escrava, visava o atendimento dos mercados externos e foi responsável pela constituição de importantes complexos produtivos e pelo desenvolvimento destas cidades.

A fundação da cidade de Campinas, no final do século XVIII, está relacionada ao desenvolvimento da produção de açúcar que alinhava os interesses da Coroa portuguesa com os dos donos de engenhos da região, agraciados com extensas concessões de terras. “O produto modificou o panorama econômico e social da região, criou novas estruturas viárias, desenvolveu o comércio e formou a primeira elite agrária local” (SILVA, 2006, p. 84).

Em 1798, havia em Campinas 37 engenhos que produziam açúcar e aguardente. Em 1836, já são registrados 93 engenhos, fornecendo quase um terço da produção de açúcar de toda a Província de São Paulo (SILVA, 2006, p. 83). A produção de açúcar se estrutura então com significativo aumento da mão de obra escrava e incremento nos maquinários e benfeitorias dos engenhos. O escoamento da produção era feito por tropas de mulas que percorriam caminhos e estradas que conectavam os engenhos ao porto de Santos, no litoral de São Paulo.

“Por volta de 1830, o plantio do café foi ensaiado com êxito e os fazendeiros iniciaram a substituição dos canaviais pelos cafezais” (SILVA, 2006, p. 82). O processo de transição da produção do açúcar para o café ocorre de forma gradual e se apoia numa mesma base fundiária. Na segunda metade do século XIX, a cidade de Campinas assume um papel de destaque na economia da província de São Paulo, contando, em 1854, com 44 engenhos de cana-de-açúcar e 177 fazendas de café.

A alta dos preços do café nos mercados internacionais e os problemas de produção no Caribe estimulam o crescente interesse pelo plantio do produto em Campinas. As estruturas produtivas dos engenhos de açúcar são então substituídas para beneficiar o café. No final do século XIX, o complexo cafeeiro na região de Campinas garantiu a implantação de uma ampla rede ferroviária que contava com capitais dos fazendeiros e com investimentos estrangeiros. A primeira linha férrea chega a Campinas em 1872.

A queda dos preços do café nos mercados internacionais na década de 1930 causou o abandono da produção na região de Campinas. A partir de então fazendas são vendidas, suas terras parceladas e os capitais direcionados para investimentos na expansão urbana e no desenvolvimento de outras indústrias. Apesar do abandono da produção de açúcar e café em Campinas, a cidade ainda conta com um importante patrimônio agroindustrial, cuja origem está ligada a esses ciclos econômicos.

O plantio do café na Província de Santiago de Cuba se inicia nas primeiras décadas do século XIX, com a chegada de colonos franceses que fugiam da Revolta de Saint-Domingue (1791-1804). O êxito no plantio de café na região oriental da ilha deve-se à experiência já adquirida pelos franceses no Haiti (AGUILERA, 2005, p. 11). Em Santiago de Cuba a produção se dá exclusivamente em áreas montanhosas, em meio a mata e com clima extremamente úmido. Na década de 1840 se dá o auge da produção cafeeira de Santiago de Cuba, chegando a ser relatados 604 assentamentos produtores de café, em 1841 (AGUILERA, 2005, p. 93).

A implantação peculiar das fazendas na região da Sierra Maestra, distante do porto de exportações da cidade, gerou uma rede de caminhos, que eram percorridos por tropas de animais para o transporte da produção. Apesar da topografia acidentada, entre 1830 e 1860, a riqueza gerada pelo café já havia permitido a

construção de uma eficiente rede de caminhos e estradas que conectavam a região produtora ao núcleo urbano de Santiago de Cuba e ao porto².

A cidade de Santiago de Cuba e seus territórios rurais e montanhosos tiveram papel de destaque nos movimentos de independência que aconteceram entre a segunda metade do século XIX e o século XX, culminando com a revolução de 1959. Os sucessivos períodos de guerras, já na segunda metade do século XIX, provocaram a destruição das fazendas de café da região e seu consequente abandono. Apesar disso a região ainda é a principal produtora de café do país, graças às suas condições naturais para desenvolver o cultivo dos grãos (SEGRERA, 2009, p. 177).

Embora a monocultura da cana de açúcar seja o primeiro ciclo econômico importante no período colonial em Cuba, está se desenvolve predominantemente na região ocidental da ilha e só mais tarde se estende à parte oriental, nas áreas planas. Em 1843 é instalada a primeira máquina a vapor em um engenho de açúcar em Santiago de Cuba. Embora a ferrovia tenha sido instalada na região de Santiago de Cuba já em 1844, estava vinculada a indústria de mineração, ligando as minas de Santiago del Prado (El Cobre) com o porto santiagueiro. Em 1857 se constrói a linha férrea vinculada ao escoamento da produção açucareira da região. (AGUILERA, 2005, p. 49-50).

Após as guerras de independência da Espanha, no final do século XIX, as lavouras de cana de açúcar são devastadas e os produtores, grandes e pequenos, tornam-se vulneráveis às ações de empresas norte-americanas. É a partir da intervenção norte-americana que se instalam as primeiras usinas de açúcar modernas na parte oriental de Cuba. Três elementos aparecem associados para a reconstrução das zonas açucareiras afetadas: a usina, com a introdução de técnicas modernas de produção, o transporte pelas ferrovias, como parte de uma rede operada pela indústria açucareira e o capital de grandes empresas norte-americanas, que criaram um novo modelo de operação implantado ao norte da antiga Província do Oriente (HERNÁNDEZ, 2015, p. 9). As usinas se sobrepõem aos modos mais rústicos de produção de açúcar e vilas operárias são construídas junto às unidades produtoras. O patrimônio arquitetônico industrial ligado ao ciclo do açúcar na região de Santiago de Cuba data, portanto, do período entre 1900 e 1930. A arquitetura doméstica é a das vilas operárias, construídas em madeira. Atualmente, a valorização e a conservação do patrimônio industrial das usinas e das vilas operárias na região de Santiago de Cuba são praticamente inexistentes.

Em Campinas, a transição do plantio do açúcar para o café se dá de forma gradual e se apoia numa mesma base fundiária e de capitais, gerando transformações nas mesmas estruturas produtivas. O fato de o ciclo do açúcar ter sido de curta duração e ter sido substituído rapidamente pelo café, levou alguns historiadores a considerarem inexistente qualquer traço dessa cultura na paisagem de Campinas (SILVA, 2006, p. 85). De fato, nos casos de estudo analisados, não há vestígio dos locais de produção dos engenhos de açúcar, mas sim a adaptação das estruturas para o beneficiamento do café.

Já em Santiago de Cuba, a produção de açúcar se estrutura a partir de processos absolutamente independentes da produção de café. A partir destas constatações, relacionadas com a origem desses patrimônios agroindustriais, o estudo comparado propôs a aproximação mais específica entre as fazendas de café nos dois contextos, com foco nos critérios de identificação, valorização e reabilitação das mesmas.

Passamos então à análise das fazendas de café de Campinas e Santiago de Cuba com base tanto na historiografia sobre o tema quanto na pesquisa de campo de alguns casos de estudo.

No Brasil, as fazendas produtoras de café são formadas por um complexo que abrange diversas estruturas: o cafezal (ou seja as terras reservadas para o plantio do café), as matas, as terras para cultivos diversos de subsistência, as instalações de beneficiamento do café (terreiros para lavar e secar os grãos, tanques, casas de máquinas, armazéns) e as habitações: a casa senhorial, as senzalas dos escravos e as colônias, casas de trabalhadores livres (na sua maioria imigrantes europeus que passam a compor a mão de obra no final do século XIX).

A implantação das fazendas buscava o melhor aproveitamento dos recursos naturais. O tamanho da propriedade e as técnicas de produção adotadas também são fatores que levam a distribuições espaciais distintas. Desde a introdução do café em Campinas, os fazendeiros já contavam com o ensinamento das experiências em outras regiões do Brasil, sobretudo o Vale do Paraíba, onde o café já era cultivado, bem como acesso a literatura especializada, de origem estrangeira ou nacional, que os orientava sobre a escolha do sítio, o tipo de solo e a organização das fazendas.

implantação fica muito próxima dos princípios dos manuais: os terreiros, com todos os seus equipamentos (lavador, despoldador, tanques de fermentação, secadores, canais de distribuição, etc.), em posição central; na sua parte superior o casarão, em destaque; as

senzalas, nas laterais do terreiro ou da casa - grande; e a casa de máquinas na sua porção inferior. O conjunto se completava com as demais edificações necessárias às atividades cotidianas da fazenda, como as várias oficinas, os abrigos para animais, alimentos, ferramentas e carros, os moinhos de fubá, os engenhos de cana, etc., distribuídos de maneira a se obter o máximo rendimento e uso da água (BENINCASA, 2007, p. 124).

Desde o período de produção de açúcar em Campinas, a farta disponibilidade de água era um fator condicionante para a localização dos engenhos, pois o funcionamento das máquinas mais eficientes de moagem da cana de açúcar dependia da energia hidráulica. Quando as estruturas produtivas foram modificadas para a produção de café, a água continuou sendo um elemento indispensável para movimentar máquinas e viabilizar as atividades nos terreiros para lavar e transportar os grãos. É recorrente a implantação do conjunto em situação de meia encosta que permite o uso da água por gravidade e condiciona a disposição dos terreiros em patamares.

Nos casos em que as fazendas se formaram sobre cascos de antigos engenhos de açúcar, a solução da disposição dos edifícios em quadra foi adotada de maneira mais livre. (BENINCASA, 2007, p. 130). Porém, em outros casos, “a adaptação dos antigos engenhos à lavoura cafeeira deu-se de forma tão harmoniosa, (...) que apenas através de documentação antiga se pode constatar que tal acomodação foi feita, e que a fazenda não tenha tido como função inicial a cafeicultura.” (BENINCASA, 2007, p. 133). Este é o caso, por exemplo da Fazenda Atibaia, em Campinas.

Em Santiago de Cuba, ao chegarem no início do século XIX, os imigrantes franceses aprimoraram os métodos de plantio de café descritos por manuais de especialistas coetâneos, bem como suas próprias experiências em Saint-Domingue³. Nas zonas montanhosas que circundavam a cidade, o solo fértil, o clima adequado e o uso abundante da água no processo industrial do café foi a chave do êxito da produção. Em quase todas as ruínas ainda é possível encontrar partes das instalações hidráulicas indispensáveis às múltiplas tarefas: como fonte de energia, acionando máquinas, movendo rodas; como fonte de abastecimento; e, sobretudo, como elemento fundamental nas operações de lavagem e transporte dos grãos, através dos tanques e canaletas. No geral, todas as fazendas cafeeiras de Santiago de Cuba tinham as mesmas características e beneficiavam o café através do método úmido. (PÉREZ DE LA RIVA, 1975, p. 390). As variações estão relacionadas ao

tamanho das propriedades e ao conforto da casa senhorial, mas o processo tecnológico e os elementos básico que compõe o conjunto produtivo são os mesmos.

Além das terras reservadas para o plantio, o núcleo produtivo da fazenda cafeeira em Santiago de Cuba - o *Batey* – é composto por um conjunto imponente de estruturas: a casa senhorial, os terraços para secar o café, os tanques de fermentação, aquedutos, moinhos, armazéns e as habitações dos escravos. No geral, as estruturas do *Batey* estão agrupadas em patamares distintos, implantadas em acordo com o processo industrial, tirando partido do relevo e dos recursos hídricos (PÉREZ DE LA RIVA, 1975, p. 396-397), mas há variações tipológicas em relação à implantação. A primeira tipologia localiza os espaços de beneficiamento do café em uma construção independente, em relação direta com o aqueduto industrial e os tanques de fermentação; uma segunda, coloca-os junto da casa senhorial, no primeiro pavimento (SEGRERA, 2009, p. 174), como, por exemplo, na fazenda Fraternidad. Os armazéns que abrigavam o café pronto para ser comercializado poderiam estar junto à casa senhorial ou em edifício isolado, sempre localizados longe da umidade ou de outros agentes que pudessem comprometer a qualidade do produto.

Tanto em Campinas como em Santiago de Cuba foram utilizados materiais locais para a construção dos componentes arquitetônicos, produtivos ou domésticos das fazendas. Em Campinas, em função da escassez de pedras, predomina o uso das técnicas e métodos tradicionais com a utilização da terra, nas formas da taipa de pilão e da taipa de mão associadas. As técnicas de alvenaria de pedra são empregadas apenas nos alicerces e nos muros de contenção dos terreiros. Para melhorar a qualidade do café, os terreiros passam a ser pavimentados com tijolos ou ladrilhos cerâmicos. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a alvenaria de tijolos passa a ser utilizada no lugar das taipas. No caso de Santiago de Cuba o principal material utilizado é a pedra calcária, nas diversas formas de alvenaria ou processada em fornos para a obtenção de cal utilizado nas argamassas. Em ambos os casos, é ampla a utilização das madeiras em colunas, pilastras, nas coberturas, nas soluções de pisos e forros das casas senhoriais e nas envasaduras.

Em ambos os contextos, as casas senhoriais são as construções que se destacam nos conjuntos, seja pelas formas de implantação, seja pelo apuro técnico construtivo e estético. Porém as tipologias são muito distintas e, no geral, os exemplares cubanos apresentam soluções mais compactas do que aqueles

encontrados em Campinas, além das técnicas construtivas serem distintas, empregando materiais locais, como já descrito anteriormente.

Em Santiago de Cuba, as casas senhoriais são compostas, em geral, por dois pavimentos e construídas em alvenaria de pedra associada a componentes de madeira, adequados para resistir aos abalos sísmicos típicos da região. As partes em carpintaria são compostas por pilares e vigas, articulados à armação do telhado. As plantas tem soluções compactas e não contavam com o pátio interno, típico da casa colonial cubana. Para garantir o escoamento eficiente das águas das chuvas, os planos de cobertura são muito inclinados e compostos por *tejamanil*⁴ de cedro. Posteriormente estas coberturas foram substituídas por chapas metálicas.



Fonte: Acervo das autoras (2018).

FIGURA 1

Fazenda La Isabelica, Santiago de Cuba

Nas fazendas pequenas e médias, geralmente o pavimento térreo da casa senhorial servia de armazém para os grãos e utensílios, enquanto o pavimento superior abrigava a família. Um exemplar desse tipo de solução é a fazenda La Isabelica (Figura 1), onde a casa senhorial, implantada em eixo com os terreiros de secagem do café, está assentada sobre um pavimento de alvenaria de pedra que abriga os armazéns. A articulação entre os dois pavimentos se dá por uma escada externa. Já na Fazenda Fraternidad (Figura 2), uma parte construída junto à casa abrigava as funções industriais, como o moinho movido a força hidráulica. Neste caso, os armazéns ficavam no pavimento superior da casa senhorial. Em ambos os

exemplares, as cozinhas se localizam em construções autônomas próximas às casas. As latrinas também estão fora das casas, bem afastadas das áreas de produção, para evitar que suas emanações prejudicassem a qualidade do café.



Fonte: Acervo das autoras (2018).

FIGURA 2

Fazenda Fraternidad, Santiago de Cuba

Em Campinas, a casa senhorial da Fazenda Mato Dentro (Figura 8), fundada em 1806 como engenho de açúcar e depois convertida em fazenda de café, se estrutura em dois pavimentos. Do período do engenho, permanecem as fundações e as paredes estruturais do piso térreo em vários tipos de taipa: pedra entaipada, taipa de pilão e taipa de mão. Esse pavimento era utilizado como depósito de utensílios e armazém, sobre o qual se assenta a moradia do período do café que se desenvolve em planta retangular, organizada simetricamente em torno de um corredor central, dispendo a sala de jantar no centro da casa (SILVA, 2006, p. 91).

Ainda em Campinas, na casa senhorial do antigo engenho Atibaia (Figura 3), embora muito modificada na época do café, ainda é possível reconhecer a antiga construção que ocupa toda a ala direita e que conserva a planta original em L e o esquema de organização espacial típico da arquitetura açucareira que, na fachada frontal, dispunha as salas sociais; no centro, as alcovas e os quartos; na parte posterior, a varanda ou sala de jantar e na parte alongada do L, em uma espécie de puxado, a área de serviços. Nos tempos do café, a casa senhorial foi duplicada e teve as fachadas dos dois períodos unificadas a partir da inserção do alpendre

frontal, que dá acesso ao pavimento nobre. Todo o pavimento térreo forma um vasto porão de pé-direito irregular que servia de depósito e tal como nos exemplares anteriores, não se comunicava internamente com o pavimento superior. (SILVA, 2006, p. 86-89).

A elite que habitava estas casas demonstrava seu gosto e apreço pelo conforto através da mobília e dos objetos que compunham seus interiores, mas as fazendas também ostentavam espaços de contemplação na forma de jardins, que circundavam as casas senhoriais. Em Cuba há jardins franceses, com desenhos geométricos, implantados nos acessos às casas senhoriais. Em Campinas, os jardins eram muitas vezes cercados por muros de taipa, cobertos de telhas, que garantiam privacidade, e podiam se articular com grandes pomares de árvores frutíferas, em geral dispostos na parte traseira da casa senhorial (BENINCASA, 2007, p. 136).



Fonte: Acervo das autoras (2015).

FIGURA 3

Casa senhorial da Fazenda Atibaia, em Campinas (SP – Brasil)

Nas demais habitações, de escravos e colonos, as diferenças são muitas. Em Santiago de Cuba, as casas construídas pelos próprios escravos, de adobe e cobertas de folhas de palmeiras, reproduziam suas antigas habitações na África. No geral eram implantadas de forma dispersa, sem compor ruas ou praças. Os franceses chamavam essa área de *quartier* (PÉREZ DE LA RIVA, 1975, p. 400). Em Campinas, são adotadas as senzalas, habitações na forma de lanços corridos ou em quadra, tal como preconizados nos manuais de Laborie e de outros autores

coetâneos. São construções alongadas, no geral feitas em taipa de mão, com telhados de uma ou duas águas, em que as únicas aberturas são frequentemente as portas de acesso dos lanços, voltadas para os terreiros.

No final do século XIX, a mão de obra imigrante foi empregada nas fazendas de Campinas em substituição ao trabalho escravo. A tipologia de habitação desses trabalhadores é a casa de colônia. Em geral são casas geminadas, ou formando renques com maior número de casas. “A casa de colônia era, antes de tudo, um abrigo, e não local de fruição de espaços, e as atividades de preparo de alimentos e descanso eram as suas principais atribuições” (BENINCASA, 2007, p.167). São casas pequenas, com telhados de duas águas, piso de terra batida e que as vezes contavam com um cômodo na parte posterior, ocupado pela cozinha.

Crítérios de classificação, proteção e reabilitação do patrimônio agroindustrial em Campinas e Santiago de Cuba

O território cafeeiro do oriente cubano, composto por uma rede de 171 assentamentos produtores de café, dos quais 139 estão em Santiago de Cuba, foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 2000, sob o título de Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba. A classificação se justifica pelo fato de que a produção de café no sudeste de Cuba durante o século XIX e começo do século XX teve como resultado a criação de uma paisagem cultural única. (SEGRERA, 2009, p. 170). Em todas as fazendas cafeeiras de Santiago de Cuba se constata a notável harmonia entre a arquitetura e a paisagem, que se reflete na forma de adaptação dos elementos construídos à topografia e no aproveitamento dos recursos naturais.

Os atributos de valorização e as estratégias de proteção e reabilitação do patrimônio agroindustrial cafeeiro em Santiago de Cuba estão ligados ao conceito de paisagem cultural, adotado pela UNESCO a partir de 1992.⁵ Uma característica fundamental das paisagens culturais é combinação do legado material e imaterial do homem com os valores do entorno natural, configurando territórios sujeitos a interpretação contínua pelas gerações presentes e futuras.

Os critérios destacados pela UNESCO para conferir tal classificação são, em primeiro lugar o fato de que as primeiras plantações de café do Sudeste de Cuba estão ligadas a um acontecimento histórico de grande importância, a Revolução Haitiana, que levou ao desenvolvimento de uma cultura específica, cujas

manifestações não se restringem à arquitetura ou às obras de engenharia hidráulica ligadas à produção do café, mas também se refletem na economia, nas artes, na gastronomia, na religião e nos costumes que compõe um patrimônio imaterial muito diferente do que havia em Santiago de Cuba antes da chegada dos imigrantes franco-haitianos. Em segundo lugar, os vestígios do complexo agroindustrial cafeeiro na região sudeste de Cuba, que utilizava o método úmido de produção, são os mais antigos de seu tipo que sobreviveram nas Américas, um registro importante no desenvolvimento de uma tecnologia que está relacionada à criação de uma paisagem cultural única.⁶

A integridade da Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba é outro critério de valoração apontado pela UNESCO, e aqui cabem algumas reflexões. Embora a UNESCO destaque que essa paisagem “sobreviveu intacta principalmente devido ao fato de que a área foi praticamente abandonada no início do século XX, já que as técnicas tradicionais de cultivo de café dessa região eram cada vez mais incapazes de competir com novos métodos adotados em outras regiões da América Latina”⁷; o fato é que as rebeliões de escravos e as guerras de independência, na segunda metade do século XIX, já tiveram como consequência a queima dos cafezais e o abandono desse território.

Atualmente um dos grandes desafios é a recuperação e a limpeza desses sítios arqueológicos abandonados e, em alguns trechos, tomado pela mata nativa. A avaliação da situação das ruínas e o estabelecimento de critérios para sua preservação e reabilitação são questões delicadas. Um outro impasse é o isolamento desse território. Se, por um lado, este foi um fator que favoreceu a preservação dos sítios, por outro, o acesso muito limitado à área, como pode ser observado na figura 5, representa um ônus para as populações camponesas que ali vivem e um limitador para o desejado desenvolvimento econômico sustentável baseado na recuperação das práticas agroindustriais e no turismo. Na Figura 4 destacamos a área urbana de Santiago de Cuba e sua distância de duas fazendas de café que compõe a Paisagem Arqueológica.

O território em questão é propriedade do governo cubano através de várias instituições do Ministério da Agricultura. Do ponto de vista da legislação, o governo nacional de Cuba regula a proteção e a conservação da Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba através da Comissão Nacional de Monumentos. A nível provincial e local, a responsabilidade está a cargo do Centro Provincial do Patrimônio Cultural e da Oficina del Conservador da cidade de

Santiago de Cuba⁸. Soma-se a esses instrumentos a legislação de proteção ambiental que incide sobre o território. O sistema montanhoso da *Grand Piedra* está incluído, desde 1987, na declaração de Reserva da Biosfera do Baconao, da UNESCO; e além disso, existem instrumentos legais que protegem a paisagem natural, como a Lei nº 81 do Meio Ambiente de 11 de julho de 1997 (SEGRERA, 2009, p. 178).



Fonte: Base Digital Google Earth 2020. Editado pelas autoras.

197

Legenda: A fazenda Fraternidad fica a 63 km do Parque Céspedes, no centro da cidade. Já a fazenda La Isabelica fica a 30 km.

FIGURA 4

Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba e sua relação com o núcleo urbano de Santiago de Cuba

Os territórios que recebem o reconhecimento de paisagem cultural pela UNESCO podem usufruir do título desde que mantenham as características que os fizeram merecer tais classificações. Nesse sentido, avanços importantes têm sido promovidos para manter a autenticidade dessa paisagem cultural. O território cafeeiro de Santiago de Cuba foi estudado por vários especialistas, cubanos e estrangeiros, antes mesmo do reconhecimento por parte da UNESCO, o que confere respaldo aos projetos de reabilitação, baseados em detalhadas pesquisas arqueológicas e documentais. Os projetos incluem a criação do museu La Isabelica, através da reabilitação dessa fazenda de café no território da Grand Piedra; a criação do Parque Eco Arqueológico na fazenda Fraternidad, nesse caso com a possível recuperação das estruturas produtivas; e a modernização de parte da

infraestrutura viária original combinada com a recuperação e manutenção das trilhas que podem ser percorridas a pé ou por animais.



Fonte: Acervo das autoras (2018).

Legenda: Registro de deslocamento da população local utilizando carro de boi.

FIGURA 5

Caminho entre a Fazenda Fraternidad e a Fazenda Santa Paulínia

O desenvolvimento e implementação do Plano de Manejo Integral da Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de café do sudeste de Cuba, estratégia de desenvolvimento territorial, se caracteriza como um outro avanço significativo para promover a proteção e reabilitação integral desse patrimônio. O território catalogado como paisagem cultural e declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO foi dividido em polígonos e cada um deles é objeto de planos e programas estatais de caráter sociocultural e econômico (SEGRERA, 2009, p. 177). Em síntese, os principais objetivos de um plano dessa natureza são:

Trata-se não só de promover a preservação do patrimônio, a promoção da educação e atividades recreativas, mas também a promoção de um novo desenvolvimento econômico. A gestão inteligente dos recursos patrimoniais em vários territórios é um dos fatores-chave para o seu desenvolvimento econômico, pois atrai o turismo e os investimentos, gera atividades e empregos, mas

fundamentalmente, porque reforça a autoestima da comunidade.
(SEGRERA, 2009, p. 179-180)

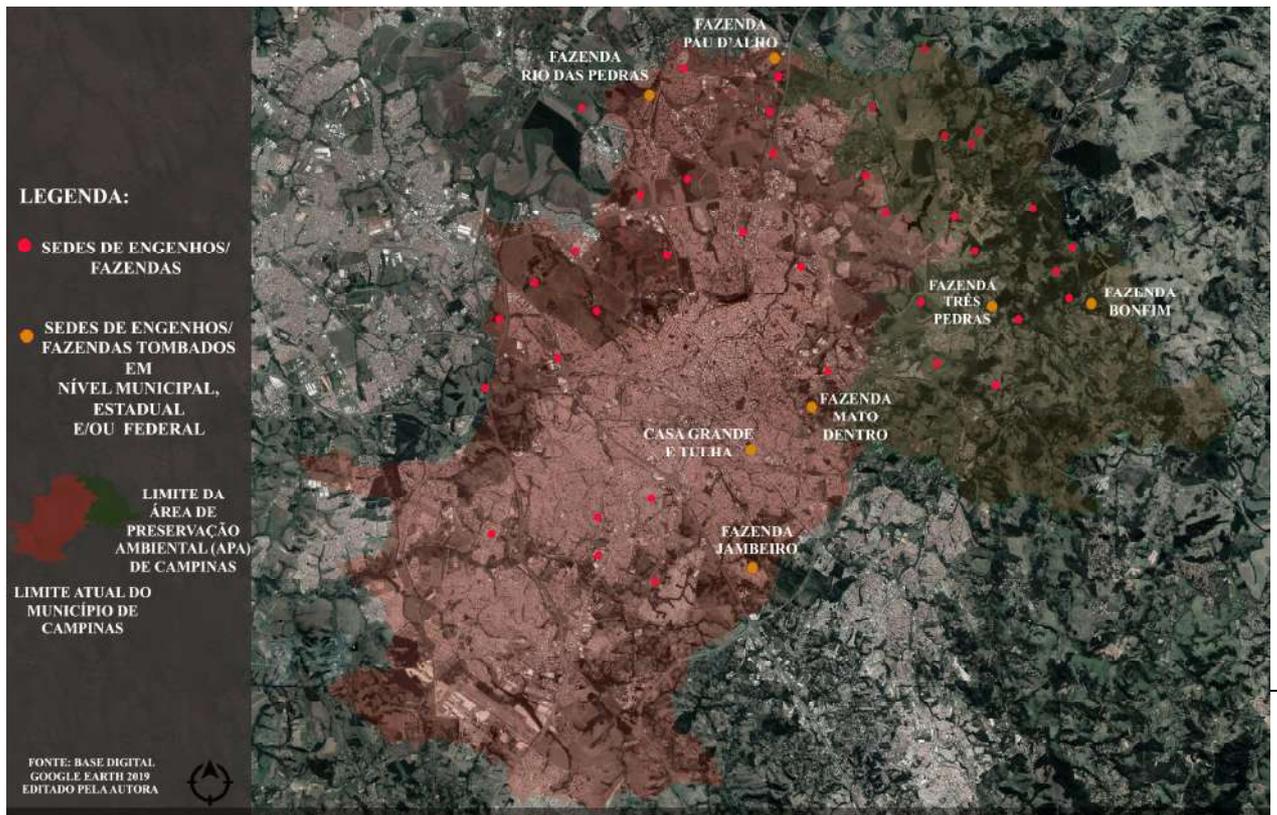
A implementação do Plano de Manejo Integral é uma das atividades desenvolvidas no Centro de Interpretação do Café de Santiago de Cuba – a Casa Dranguet - instituição de pesquisa que é referência para os estudos relacionados à história da produção do café na região. O Centro de Interpretação do Café dirige os trabalhos relacionados à divulgação do Patrimônio Cultural do Café e o Projeto *Los Caminos del Café*, voltado para o turismo internacional e financiado pela União Europeia⁹ e pela Fundação Malongo¹⁰. A instituição conta ainda com o suporte da *Oficina del Conservador de la Ciudad de Santiago de Cuba*.

O centro de pesquisa abriga uma exposição permanente sobre a história do plantio de café na Província de Santiago de Cuba. Também há, na Casa Dranguet, uma equipe de técnicos que se dedicam aos estudos sobre o tema do patrimônio cultural do café e uma biblioteca de dissertações e teses. O próprio imóvel onde o Centro de Interpretação do Café de Santiago de Cuba foi instalado é um exemplar de casa senhorial que pertenceu a uma família ligada à produção cafeeira. A Casa Dranguet, está localizada na área central da cidade, o que permite o fácil acesso às exposições e eventos que promovem a divulgação das ações de proteção do patrimônio cafeeiro. Trata-se também de um exemplar importante para se estudar as questões do reuso de edifícios patrimoniais pois os espaços da casa foram convertidos em salas de exposição permanente, de pesquisa, de aulas e conferências. O pátio interno abriga atualmente uma cafeteria, onde se realizam degustações do produto e apresentações do preparo da bebida para o público em geral e turistas.

Na cidade de Campinas (SP, Brasil), as iniciativas efetivas visando a proteção do patrimônio cultural são muito recentes. Destaca-se a formação do CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, criado por meio da Lei nº 5885 de 17 de dezembro de 1987¹¹, que, em um contexto de falta de instrumentos de preservação da memória do município, objetivou a criação do órgão dedicado à preservação do seu patrimônio cultural.

O patrimônio agroindustrial de Campinas, ainda se faz presente na forma de vestígios materiais, como se observa na Figura 6, onde demonstramos, a partir de uma base cartográfica atual, a localização das sedes de antigos engenhos e fazendas, ainda existentes, e que outrora foram responsáveis por uma considerável produção de açúcar e de café. Embora a valorização do conhecimento desse

patrimônio agroindustrial pudesse possibilitar a compreensão de todas as fases de ocupação desse território, os processos tecnológicos e econômicos envolvidos na produção de açúcar e café, as relações de trabalho, os costumes e as práticas religiosas, o número de bens classificados na cidade ainda é muito pequeno.



Fonte: Base Digital Google Earth 2019. Editado pelas autoras.

Legenda: A fazenda Fraternidad fica a 63 km do Parque Céspedes, no centro da cidade. Já a fazenda La Isabelica fica a 30 km.

FIGURA 6

Localização das sedes de engenhos e fazendas, do patrimônio agroindustrial tombado e da APA (Área de Preservação Ambiental) de Campinas

Esse levantamento destaca a discrepância numérica entre os exemplares ainda existentes e aqueles que são tombados - no total apenas sete. Duas fazendas são tombadas a nível estadual, pelo CONDEPHAAT (Conselho de Desenvolvimento do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo), apenas uma a nível federal, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e quatro pela esfera municipal, o CONDEPACC. A síntese dessa classificação está no Quadro 1.

QUADRO 1**Classificação das fazendas tombadas em Campinas (SP-Brasil)**

Bem Tombado	Ano	Esfera	Órgão	Resumo da Justificativa para o Tombamento
Fazenda Três Pedras	1982	Estadual	CONDEPHAAT	Justifica-se o tombamento pela preservação de um exemplar característico das fazendas de café no auge do ciclo econômico desta atividade no município de Campinas.
	2011	Municipal	CONDEPACC	
Fazenda Pau d'Alho	2004	Municipal	CONDEPACC	Trata-se de um exemplar da arquitetura rural cafeeira, importante período histórico da cidade de Campinas.
Fazenda Rio das Pedras	2003	Municipal	CONDEPACC	A casa das máquinas, usada como depósito e oficina da fazenda, testemunha a produção açucareira, devido a existência de uma roda d'água. As casas de colonos constituem uma pequena vila, formando um importante conjunto arquitetônico.
Casa Grande e Tulha	2000	Federal	IPHAN	Considerada a mais antiga fazenda de café na cidade.
Fazenda Bonfim	2016	Municipal	CONDEPACC	A fazenda Bonfim configura-se como exemplar registro de patrimônio técnico-arquitetônico do apogeu da produção do café na cidade de Campinas.

Fonte: Campinas. Prefeitura Municipal. Lista dos bens dos tombados. In: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/listaBens.php>

Destacam-se os esforços do CONDEPHAAT, em fazer um inventário das fazendas de Campinas em 1973 - registro este que ainda é o principal suporte para pesquisas e ações de proteção mais recentes – e do CONDEPACC, que tem 29 estudos de tombamento de bens rurais, ligados ao patrimônio agroindustrial do açúcar e do café em Campinas¹². Esses processos estão abertos desde 2005 e até hoje não foram concluídos, o que reflete, por um lado, a preocupação do Conselho em identificar e inventariar o patrimônio agroindustrial do Município, mas também a falta de um número de técnicos suficiente para desenvolver o trabalho e

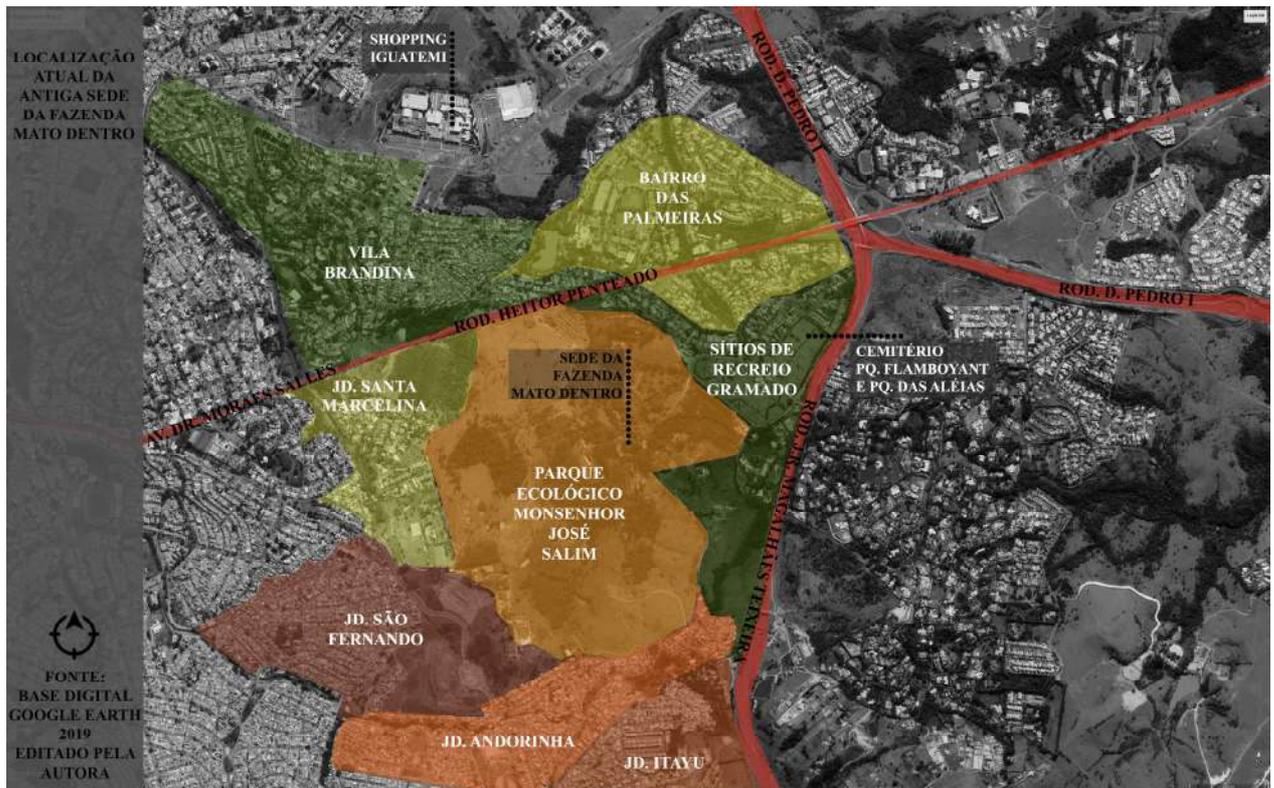
sobretudo a resistência dos proprietários das fazendas em receber os técnicos e fornecer as informações sobre os imóveis.¹³

No Brasil, o principal instrumento jurídico empregado para a proteção do patrimônio cultural é o tombamento, criado pelo Decreto-lei n° 25 de 1937.

O conceito de patrimônio cultural se viu significativamente ampliado na Constituição de 1988, a qual recepcionou o tombamento como uma espécie de forma de proteção dentre as várias do gênero preservação. Também foi por força da Constituição de 1988 que o Decreto-lei n° 25 tornou-se norma geral nacional sobre tombamento, a ser aplicada pelos três entes federativos. O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a imposição do tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, bem como para a sociedade em geral, de manter e conservar o bem cultural (RABELLO, 2015, p. 2)

Além de serem poucos os exemplares de fazendas tombadas em Campinas, a realidade tem demonstrado que o tombamento não é um instrumento suficiente para garantir a proteção desse patrimônio agroindustrial. O caso de estudo emblemático é o da Fazenda Mato Dentro, que ao longo da história teve suas dimensões reduzidas, em função de desmembramentos fundiários e do processo de urbanização, que converteu grande parte da sua área em tecido urbano. Em 1982, a sede da fazenda Mato Dentro é tombada, a nível estadual.¹⁴

Em 1987, o governo do estado de São Paulo cria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim¹⁵, em áreas da antiga fazenda, com projeto assinado pelo escritório Burle Marx, propondo a recuperação de lagos, a recomposição da mata nativa em áreas ocupadas pelos antigos cafezais e a instalação de um programa cultural e de educação ambiental, a partir do complexo remanescente, abrangendo o conjunto tombado composto pela casa senhorial, capela e tulha. Uma das etapas da obra para instalação do parque, contou com a restauração do conjunto tombado para a instalação do CIPAM (Centro Integrado de Percepção Ambiental) que teria como missão promover ações de educação ambiental. O Parque Ecológico foi inaugurado em 1991 e sua inserção urbana pode ser avaliada na Figura 7.



Fonte: Base Digital Google Earth 2019. Editado pelas autoras.

FIGURA 7

Inserção urbana da Fazenda Mato Dentro e do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim

203

A partir de 1995, o parque passa a ser administrado por uma gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O convênio perdurou até 2001 e durante este período, em decorrência de problemas de gestão, o conjunto tombado sofre com a falta de conservação. Em 2009, houve uma tentativa de recuperação do parque, envolvendo uma nova restauração da fazenda Mato Dentro, fechada até então. O anúncio coincidiu com uma mostra privada de decoração que utilizou a casa senhorial e seus jardins como espaço de exposição. Desde então, o conjunto da fazenda Mato Dentro permanece fechado para visitas do público e sem manutenção (Figura 8).

O caso de estudo da fazenda Mato Dentro demonstra que, em Campinas, o fato de um patrimônio agroindustrial ser de propriedade pública e ser protegido pelo tombamento em nível estadual e municipal não garante a sua conservação. Mesmo que o conjunto tombado se encontre dentro de um parque público, ou seja, não havendo empecilhos para o acesso, permanece abandonado e invisível para a população.

Recentemente a Prefeitura Municipal de Campinas divulgou que a casa senhorial da Fazenda Mato Dentro vai abrigar o Museu da Paz e o Centro de Educação, Memória, Estudo e Cultura Afro-brasileiros. O acervo do museu será formado por histórias de vida, documentos e fotografias, sob curadoria da UNESCO dentro do programa Coalização Latino-Americana e Caribenha de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia. O recurso para a formação do acervo vem de uma empresa que foi multada por danos ambientais e que tem como obrigação, conforme um termo de ajustamento de conduta ambiental (TAC) com o Ministério Público, reparar também socio-ambientalmente o entorno do local impactado. Em 1879, a Fazenda Mato Dentro concentrava cerca de 200 escravizados na cultura de café. O projeto de reuso desse patrimônio contempla as demandas da comunidade pela organização de um centro de estudos da história do povo negro na cidade.¹⁶



Fonte: Acervo das autoras (2016).

FIGURA 8

Casa senhorial da Fazenda Mato Dentro em Campinas

A única casa senhorial de fazenda tombada em Campinas pela esfera federal, a Casa Grande e Tulha, é uma propriedade particular que constitui um caso de estudo exemplar do ponto de vista da reabilitação e da conservação. A casa senhorial era a sede de um engenho cujas terras pertenceram à primeira sesmaria que deu origem a Campinas e está hoje completamente cercada pelo tecido urbano. Além da casa senhorial, o conjunto conserva uma ampla construção retangular em taipa de pilão (ver Figura 9), cujas possíveis funções assumidas ao longo do tempo foram de pouso, de engenho e de tulha (armazém). Apesar do conjunto atualmente estar inserido em área urbana muito adensada e valorizada, o processo de

tombamento foi iniciativa de seu proprietário, que também garantiu a primorosa restauração. O acesso ao conjunto é controlado pelos proprietários que permitem visitas de caráter pedagógico.



Fonte: Acervo das autoras (2018).

FIGURA 9

Construção de taipa de pilão que faz parte do conjunto Casa Grande e Tulha tombado pelo IPHAN em Campinas

205

Em Campinas um dos impasses relacionados a reabilitação e conservação do seu patrimônio agroindustrial é o fato de que os exemplares tombados são classificados de forma isolada com propostas de reuso esvaziadas de significado. Nas fazendas que constituem propriedades privadas, a principal estratégia tem sido a opção pelo turismo e pela adaptação dos espaços para abrigar festas e eventos. No caso do patrimônio público, o conjunto da fazenda Mato Dentro, as recentes declarações da Prefeitura Municipal sobre a sua restauração e reuso como museu não foram acompanhadas da divulgação de um projeto detalhado. A parceria com a UNESCO e a valorização do conjunto como patrimônio cultural ligado à história da comunidade negra são promissoras e se alinham com pesquisas que vem demonstrando a importância de se compreender o agenciamento espacial das fazendas cafeeicultoras e suas relações com os mecanismos internacionais do tráfico de escravos e com as estratégias de representação sócio-política das elites do café (MARQUESE, 2005; 2006; 2010)

Atualmente a cidade de Campinas se apresenta como sede de uma Região Metropolitana composta por 20 municípios e só perde em dados referentes ao PIB

(Produto Interno Bruto) e à densidade populacional para a Região Metropolitana de São Paulo, gerando, em 2015, 8,92% do PIB do estado de São Paulo¹⁷. Embora historicamente a industrialização e o crescimento econômico da cidade tenham se estruturado a partir dos capitais gerados na monocultura açucareira e cafeeira é fato que a população desconhece essa memória histórica.

Nossa análise pode verificar, como demonstra a Figura 6, que das 29 fazendas em estudo para tombamento, 17 estão localizadas na APA (Área de Preservação Ambiental) de Campinas, instituída pela Lei municipal nº 10.850/01 com os seguintes objetivos:

I. a conservação do patrimônio natural, cultural e arquitetônico da região, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a proteção dos ecossistemas regionais;

II. a proteção dos mananciais hídricos utilizados ou com possibilidade de utilização para abastecimento público, notadamente as bacias de contribuição dos Rios Atibaia e Jaguari;

III. o controle das pressões urbanizadoras e das atividades agrícolas e industriais, compatibilizando as atividades econômicas e sociais com a conservação dos recursos naturais, com base no desenvolvimento sustentável.¹⁸

Os objetivos gerais da APA de Campinas que contemplam a conservação combinada dos recursos hídricos, do patrimônio natural e do patrimônio cultural estão alinhados com a possibilidade de criar um modelo de proteção e reabilitação holístico dessas 17 fazendas em estudo de tombamento. A promoção da contínua recuperação, valorização e preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, por meio de políticas públicas e estímulos a atividades econômicas que estão baseadas em seus atributos também está explicitada nos objetivos da APA.

O reuso de sítios do Patrimônio Industrial apresenta um enorme potencial de desenvolvimento cultural e turístico das regiões onde se inserem, no entanto, apresentam exigências próprias para a sua sustentabilidade financeira. Tratam-se, sobretudo, de áreas que congregam uma parte edificada de interesse relevante, entre os edifícios ligados à antiga produção industrial e às residências de proprietários, administradores e operários, mas também áreas exteriores construídas e naturais. Neste sentido, exigem para a sua leitura histórica e cultural que o conjunto se mantenha intacto tanto quanto possível. Este será o primeiro desafio perante pressões urbanísticas de tendência especulativa, já que o parcelamento progressivo tem como consequência a perda irreversível dessa leitura de conjunto (AMOROSO; TAVARES; COSTA, 2018, p. 36)

A promoção da prosperidade socioeconômica sustentável, gerando oportunidades para geração de emprego e renda na APA é absolutamente

compatível com a preservação do seu patrimônio agroindustrial. O café já não é mais plantado na região, pois sua produção há muito tempo se mostrou mais lucrativa em outras áreas do estado de São Paulo e do Brasil, mas outras alternativas se colocam viáveis. O turismo cultural e o turismo de natureza e lazer em espaços externos promovem o reuso compatível com a conservação tanto do patrimônio natural quanto do agroindustrial.

A delimitação da APA é um instrumento importante para conter as pressões da expansão e adensamento urbanos e seu Plano de Manejo está em fase final de elaboração, já na fase das audiências públicas. Este deve ser o principal instrumento de planejamento e gestão da área.

Caracterização dos processos de expansão urbana e seus impactos em relação à proteção e reabilitação dessas fazendas

No geral, a análise comparada demonstrou que já se avançou bastante nas pesquisas de identificação das origens e relevância do patrimônio agroindustrial de Campinas e Santiago de Cuba. Contudo, em relação ao levantamento do estado atual de conservação e de reuso das fazendas há situações bastante distintas. O fato do patrimônio agroindustrial de Santiago de Cuba se encontrar concentrado em uma zona rural, distante do núcleo urbano e que, por questões históricas e geográficas, não se encontra pressionada pela expansão urbana é um fator favorável para sua proteção. Como as fazendas são propriedades do Estado não há impedimento para as ações de identificação e levantamento do seu estado de conservação.

Em Campinas, embora esse conjunto de propriedades tenha sua origem vinculada ao universo rural, atualmente, em decorrência do processo de expansão da cidade, muitas foram incorporadas ao espaço urbano ou se colocam hoje ameaçadas. O exemplar de fazenda que constitui patrimônio público se encontra encravado no tecido urbano e com restrições de acesso, aguardando a sua restauração e reutilização como museu. Em muitas propriedades privadas rurais, de grande interesse patrimonial, o acesso e levantamento do estado de conservação e de uso são inviáveis. Há uma grande resistência, por parte dos proprietários, em expor estas fazendas. “Tal postura mostra-se sobretudo relevante dado o afastamento das práticas de preservação em relação aos espaços rurais, pouco habituados a interferências no direito de propriedade, que são usuais em espaços

urbanos desde a década de 1930” (MARINS, 2010, p. 5). O desgaste gerado por décadas de uma legislação, especialmente na escala federal, baseada no instrumento de tombamento e que não se expandiu para mecanismos compensatórios ou de fomento à conservação (MARINS, 2010, p. 5), também se reflete sobremaneira na preservação do patrimônio agroindustrial.

Considerações finais: avaliação das ações de conservação e reabilitação do patrimônio agroindustrial como parte da construção de estratégias de desenvolvimento sustentável e valorização do patrimônio cultural

A justificada classificação interdisciplinar como paisagem cultural significa um avanço para o patrimônio agroindustrial de Santiago de Cuba. As ações de reabilitação e conservação desse patrimônio são orientadas no sentido de proteger a autenticidade do sítio cultural, garantindo sua integridade e buscando viabilizar a sua interpretação. Os agentes estatais, responsáveis pelos trabalhos de conservação e gestão, afirmam que os camponeses, que vivem isolados no território que engloba a Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café do Sudeste de Cuba, produzindo café e frutas, mantêm fortes laços culturais e que têm trabalhado a favor da preservação da cultura cafeeira. Até agora, os recursos, em grande maioria vindos da comunidade europeia, através de fundações ou de universidades, tem sido investido na reabilitação das fazendas para promover o seu reuso com caráter pedagógico e turístico. Em relação à melhoria da infraestrutura de acessos e comunicação, que seria muito positiva para os moradores locais, e a outros compromissos, destinados a promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região, os avanços são lentos. Os planos de desenvolvimento do turismo estão focados no acesso controlado em áreas definidas, ligadas por trilhas nas quais o transporte motorizado não é possível. Esse turismo é voltado para estrangeiros, pois o deslocamento até o território da Paisagem Arqueológica só pode ser feito com o uso de veículos especiais, o que não é acessível para a grande maioria da população cubana.

A delimitação da APA de Campinas e o desenvolvimento do seu Plano de Manejo podem ser instrumentos capazes de induzir o desenvolvimento sustentável aliado à proteção do patrimônio agroindustrial. A comparação com os casos de estudo em Cuba demonstra que o entendimento do patrimônio natural e cultural como recursos integrados parece ser o caminho mais viável. “Definir e redefinir

parâmetros de valor local, regional e nacional, que superem as classificações formais e estilísticas, possibilita também a aproximação de dimensões mais complexas da vida social, mediadas pela arquitetura rural. Memórias de técnicas produtivas e construtivas, os sentidos constituídos pela vida cotidiana, os marcos da luta e resistência contra a escravidão e a exploração do trabalho assalariado são âmbitos que podem se revelar intensos a partir do desencadeamento de ações de preservação” (MARINS, 2010, p.4).

Experiências já consolidadas de entidades não-governamentais como o Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba (Preservale), no Rio de Janeiro, formado por proprietários de fazendas de interesse patrimonial ou novos instrumentos como os inventários participativos, utilizados na identificação da paisagem cultural no Vale do Ribeira, em São Paulo, conduzido pelo IPHAN, podem ser alternativas eficientes na proteção do patrimônio agroindustrial, entendido de forma ampla e indissociável do patrimônio cultural.

Longe de buscar soluções definitivas para as complexas questões que envolvem a proteção e reabilitação do patrimônio agroindustrial na América Latina, que perpassam discussões em diferentes escalas de poder - político, econômico e cultural – a pesquisa em Campinas e Santiago de Cuba demonstra que esse legado cultural é visto hoje como recurso potencial para a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável e do fortalecimento da identidade das populações locais, resgatando a relação entre o passado e o presente.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo apoio e financiamento dessa pesquisa.

NOTAS

1. O Seminário Internacional do Patrimônio Agroindustrial (SIPA) teve início em 2006, quando um grupo de pesquisadores e professores da Universidade Nacional de Tucumán, da Universidade de Mendoza (Argentina) e da USP (Brasil), iniciou a organização de uma rede para o estudo, a avaliação e a disseminação do patrimônio agroindustrial de suas respectivas regiões. O primeiro SIPA foi realizado em 2008, em Mendoza, na Argentina, seguido de reuniões acadêmicas bienais. Os demais seminários foram realizados em São Carlos - SP, Brasil (2010), Régua, Portugal (2012), San Miguel de Tucumán, Argentina (2014), Lima, Peru (2016) e Oaxaca, México (2018). Os SIPAs têm contado com o apoio do TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage e os

trabalhos publicados nos anais das conferências constituem material precioso para acompanhar o debate sobre o tema.

2. Pérez de la Riva (1975, p. 403) detalha a hierarquia dessa rede de caminhos e já indicava que seria possível identifica-la e reabilita-la para usos atuais, ação que vem sendo levada a cabo através da implementação do Plano de Manejo Integral da Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de café do sudeste de Cuba, que é discutido no artigo.
3. A obra de Laborie, “O fazendeiro de café na ilha de São Domingos”, foi traduzida para o português em 1799. Em Santiago de Cuba esta obra também teve ampla circulação e orientou a organização das fazendas de café.
4. Tábuas planas de madeira assentadas como telhas.
5. UNESCO. *Cultural landscape*. In: <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#1>.
6. Critérios de classificação e recomendações de proteção da UNESCO para a Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba. Fonte: UNESCO. *Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba*. <https://whc.unesco.org/en/list/1008>.
7. UNESCO. *Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba*. <https://whc.unesco.org/en/list/1008>.
8. A *Oficina del Conservador de la Ciudad de Santiago de Cuba* é uma entidade cultural subordinada ao Conselho de Administração Provincial, criada pelo Decreto 204/96 do Conselho de Ministros e fundada em 28 de abril de 1997, que tem como missão projetar, desenvolver e reforçar a estratégia de reabilitação e conservação do patrimônio material e cultural, bem como a divulgação do legado histórico-cultural de Santiago de Cuba. In: <http://internos.occnnet.cu>.
9. A União Europeia financia projetos de pesquisa para a conservação do patrimônio cultural da Europa e de outros países. Fonte: União Europeia. *La cultura en la Unión Europea*. In: https://europa.eu/european-union/topics/culture_es.
10. Em 2006, a empresa francesa Malongo, produtora de café, cria sua própria Fundação empresarial e passa a se envolver em projetos de desenvolvimento social sustentável, particularmente junto aos pequenos produtores de café. Em Cuba, a Fundação Malongo apoia o projeto *Los Caminos del Café* desde 2014 e participa da reabilitação e valorização do patrimônio cafeeiro da região de Santiago de Cuba. Fundação Malongo. *Los Caminos del Café: um projeto transversal*. In: <https://www.malongo.com/es/foundation.php>.
11. “Compete ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas: I - definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural, compreendendo o histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município; II - coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes a essa política; III - proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para os fins dessa política; IV - sugerir aos poderes públicos estadual ou federal medidas para cumprimento das exigências decorrentes da execução dessa política, inclusive a modificação da legislação em vigor; V - efetuar, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, solicitando-lhes a colaboração na execução da política de que trata o item I deste artigo.” Campinas. Lei nº 5885, de 17 de dezembro de 1987. In: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/89679>.
12. Lista das fazendas em estudo para tombamento em Campinas. Fonte: Campinas. Prefeitura Municipal. *Bens em estudo de tombamento*. In: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-estudo/listaBens.php>.
13. Correio Popular. *Fazenda Bonfim agora é patrimônio de Campinas*. In: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/10/turismo/455369-fazenda-bonfim-agora-e-patrimonio-de-campinas.html.

14. “Fica tombado como monumento de interesse histórico-arquitetônico a sede da antiga fazenda cafeeira denominada Mato Dentro, exemplar representativo da arquitetura rural do início do século XIX situado no Município de Campinas”. SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT, 1982. *Diário Oficial*. Inscrição n° 173, p. 40. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-da-fazenda-mato-dentro/>.
15. O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, foi tombado pelo CONDEPACC em 2002.
16. COSTA, Maria Teresa. Casarão abrigará Museu da Paz. *Jornal Correio de Campinas*. 5 de junho de 2020. Disponível em: https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/11/campinas_e_rmc/880914-casarao-abrigara-o-museu-da-paz.html# Acesso em: 5 jun. 2020.
17. SÃO PAULO (Estado). Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. *Região Metropolitana de Campinas*. In: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>.
18. Campinas. *Projeto básico para orientar a contratação de empresa para a elaboração de Plano de Manejo da APA de Campinas*. In: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/anexo-1-projeto-basico.pdf>.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, L. M. R. *La arquitectura agroindustrial cafetalera del siglo XIX en Santiago de Cuba*. Santiago de Cuba, 2005. Tesis (Doctorado en Ciencias Técnicas) – Facultad de Construcciones, Universidad de Oriente.

AMOROSO, M. R. S. P.; TAVARES, A.; COSTA, A. O reuso de unidades industriais com integração de paisagem da Europa ao Brasil. In: Amoroso, M. R. S. P. *et alii*. (org.). *V Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal*. Brasília, DF: IPHAN, 2018, p. 35-40.

BENINCASA, V. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. São Carlos, 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 5/10/1988.

CAMPINAS. CONDEPACC. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/conselho-cultura-condepacc.php>.

CAMPINAS. Lei n° 5885, de 17 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município de Campinas e dá outras providências.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. *Bens em estudo de tombamento*. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-estudo/listaBens.php>.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. *Lista dos bens dos tombados*. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/listaBens.php>.

CAMPINAS. *Projeto básico para orientar a contratação de empresa para a elaboração de Plano de Manejo da APA de Campinas*. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/anexo-1-projeto-basico.pdf>.

COSTA, Maria Teresa. Casarão abrigará Museu da Paz. *Jornal Correio de Campinas*. 5 jun. 2020. Disponível em: https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/11/campinas_e_rmc/880914-casarao-abrigara-o-museu-da-paz.html#. Acesso em: 5 jun. 2020.

COSTA, M. T. *Fazenda Bonfim agora é patrimônio de Campinas*. 2016. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/10/turismo/455369-fazenda-bonfim-agora-e-patrimonio-de-campinas.html

SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT, 1982. *Diário Oficial*. Inscrição nº173, p.40. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-da-fazenda-mato-dentro/>

SÃO PAULO (Estado). Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. *Região Metropolitana de Campinas*. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>

FUNDAÇÃO MALONGO. *Los Caminos del Café: um projeto transversal*. Disponível em: <https://www.malongo.com/es/fondation.php>

HERNÁNDEZ, D. M. C. *Pueblos de madera y azúcar*: arquitectura doméstica de los bateyes azucareros de la región oriental de Cuba 1900-1930. Santiago de Cuba: Caserón; UNEAC, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, 2006.

MARINS, P. C. G. Trajetórias de preservação do patrimônio rural paulista: entre ação governamental e práticas sociais. *2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial*. São Carlos, 2010.

PÉREZ DE LA RIVA, J. *El Barracón y otros ensayos*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1975.

PORTA, Paula. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

RABELLO, S. O tombamento. Disponível em: REZENDE, M. B. *et alii*. (org.), *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SANTIAGO DE CUBA. *Oficina del Conservador de la Ciudad de Santiago de Cuba*. Disponível em: <http://internos.occnet.cu>.

SILVA, Á. P. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII- séc. XX). *Anais do Museu Paulista*, v. 14, n. 1, p. 81-119, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000100004>.

SEGREIRA, Y. L. La Conservación del patrimonio cafetalero en el sudeste de Cuba: el Plan de Manejo Integral de un Paisaje Arqueológico. *Apuntes*, v. 22, n. 2, p. 170-181, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v22n2/v22n2a07.pdf>

UNESCO. *Cultural landscape*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#1>

UNESCO. Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1008>.

UNIÃO EUROPEIA. *La cultura en la Unión Europea*. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/culture_es.

Renata Baesso Pereira é Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP). Doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Urbanismo pela PUC-CAMP. Graduada pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Milene Soto Suárez é Professora Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Facultad de Construcciones da Universidad de Oriente, Cuba. Na instituição é Coordenado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio. Graduada e Doutora em Ciencias Tecnicas pela Universidad de Oriente.

Como citar:

PEREIRA, Renata Baesso; SOTO SUÁREZ, Milene. Avanços e impasses na preservação do patrimônio agroindustrial cafeeiro em Campinas (SP – Brasil) e Santiago de Cuba. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 182-213, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.